

A INFLUÊNCIA DA VONTADE DE PODER NAS RELAÇÕES INTERSOCIAIS

- UMA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA -

Vani Letícia Fonseca dos Santos*

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar alguns aspectos pertinentes ao modo como a vontade de poder influencia as relações sociais e consequentemente a conduta moral dos indivíduos em sociedade. O que encontramos nas descrições críticas de Nietzsche a respeito da moral e com relação aos homens em *lato sensu*, é que em todo o processo, tanto “daqueles” que criam ou dos que se “submetem”, há uma implicação de uma lógica relacionada à vontade de poder. Quando pensamos em vontade relacionamos imediatamente a nossa psique, algo inerente à nossa natureza. A vontade de poder surge em Nietzsche como o catalisador da vida humana, e como o dinamizador dessa vida, faz que mesmo os aspectos fisiológicos se desdobrem em um processo onde as forças internas mobilizem-se no sentido do conflito. Dessa forma, há um conflito gerador de força, onde o obstáculo dá ao vencedor mais força e o direito de ser parte de um conjunto maior. Nietzsche propõe assim uma cosmologia onde a vontade de poder é o propulsor de todos os tipos de relações e interações existentes. Do corpo humano ao corpo social, tudo é originado pela vontade de poder. Vontade é busca, correspondendo a uma procura por algo que de alguma forma nos mobiliza, nos toma de tal modo, que não é possível recuarmos diante de “seus argumentos”; tamanha é a sua força que não reconhecemos traços distintos dela antes que a mesma se apresente. Essa vontade é poder. Não há como sustentarmos qualquer análise sobre a moral se deixarmos de observar a questão da vontade de poder. Toda a questão moral envolve força ou jogos de força, onde para que existam sujeitos que se submetem à moralização, deve haver necessariamente aqueles que impõem os critérios e normas que consideram corretos, e portanto, morais.

PALAVRAS-CHAVES: Vontade de poder – Nietzsche – Moral - Normas.

1. VONTADE DE PODER

O que encontramos nas descrições críticas de Nietzsche a respeito da moral e com relação aos homens *in lato sensu*, é que em todo o processo, tanto “daqueles” que criam ou dos que se “submetem”, há uma implicação de uma lógica relacionada à vontade de poder. É esta em última análise quem permeia todas essas relações e perpassa as obras de Nietzsche, ora de modo sutil, ora de modo mais contundente; porém, sempre lá. Quando pensamos em vontade relacionamos imediatamente a nossa psique, algo inerente a nossa natureza:

* Mestranda em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

Nietzsche vislumbra um único e mesmo procedimento tanto na vida social e psicológica quanto na fisiológica. O conceito de vontade de potência, servindo como elemento explicativo dos fenômenos biológicos, será também tomado por parâmetro para a análise dos fenômenos psicológicos e sociais; é ele que vai constituir o elo de ligação entre as reflexões pertinentes às ciências da natureza e as que concernem às ciências do espírito. (MARTON, 1990, p. 30).

A vontade de poder surge em Nietzsche como o catalisador da vida humana, e como o dinamizador dessa vida, faz que mesmo os aspectos fisiológicos se desdobrem em um processo onde as forças internas mobilizem-se no sentido do conflito. Dessa forma, há um conflito gerador de força, onde o obstáculo dá ao vencedor mais força e o direito de ser parte de um conjunto maior. Nietzsche propõe assim uma cosmologia onde a vontade de poder é o propulsor de todos os tipos de relações e interações existentes. Do corpo humano ao corpo social, tudo é originado pela vontade de poder. Pode parecer-nos que Nietzsche de alguma forma se volta para o campo da metafísica, o qual, é combatido por Nietzsche, porém, como nos esclarece Wolfgang Müller-Lauter em seu livro *A Doutrina da Vontade de Poder em Nietzsche*¹, “não podemos acusá-lo dessa contradição”, visto que segundo o autor, Nietzsche combate a metafísica que divide “os mundos” e faz que um seja tomado de modo preponderante sobre o outro, bem como suas atribuições de verdade (como podemos observar em *Humano, demasiado humano* e *Além do bem e do mal*).

Vontade é busca, correspondendo a uma procura por algo que, de alguma forma, mobiliza-nos, toma-nos de tal modo, que não é possível recuarmos diante de “seus argumentos”; tamanha é a sua força que não reconhecemos traços distintos dela antes que a mesma se apresente. Essa vontade é poder:

Vontade de poder não é um caso especial do querer. Uma vontade ‘em si’ ou ‘como tal’ é uma pura abstração: ela não existe factualmente. Todo querer é, segundo Nietzsche, querer-algo. Esse algo-posto, essencial em todo o querer é: poder. Vontade de poder procura dominar e alargar incessantemente seu âmbito de poder. Alargamento de poder perfaz em processos de dominação. Por isso querer-poder (*Machtwollen*) não é apenas ‘desejar, aspirar, exigir’. A ele pertence o ‘afeto do comando’. (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 54).

¹MÜLLER-LAUTER, W. *A Doutrina da Vontade de Poder em Nietzsche*. Trad. Oswaldo Giacoia. São Paulo: ANNABLUME, 1997, p. 52.

Quando Nietzsche pergunta-se em *Além do bem e do mal* “quem” está por trás dos valores morais, nos dá indicações de que os sujeitos capazes de fomentarem valores morais, sem dúvida, não só desejam essa moral como determinam a mesma. Portanto, trazem em si a vontade de poder que quer dar vazão ao que é, mesmo que no caso dos filósofos (preconceituosos a quem ele critica), estes neguem que a sua vontade esteja ali; para eles, a “verdade” é quem comanda e não os seus interesses em poder.

Supondo, finalmente, que se conseguisse explicar toda a nossa vida instintiva como a elaboração e ramificação de uma forma básica da vontade – a vontade de poder, como é *minha tese* - ; supondo que se pudesse reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de poder, e nela se encontrasse também a solução para o problema da geração e nutrição – é um só problema - , então se obteria o direito de definir *toda* força atuante, inequivocadamente, como *vontade de poder*. O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu ‘caráter inteligível’ – seria justamente ‘vontade de poder’ e **nada mais** (NIETZSCHE, 2005, p. 40, grifo nosso).

Na *Genealogia da moral*, a vontade de poder expressa-se nos exemplos históricos e nos tipos de sujeito que Nietzsche nos apresenta, ora como aqueles que exercem e identificam-se com tal vontade – no caso dos nobres, ora como aqueles que não reconhecem essa força em si e buscam a sua identificação na negação dos sujeitos com os quais não podem se equivaler devido à hierarquia das relações – no caso, os escravos. Ainda, a vontade de poder ganha corpo social quando relacionada à classes como a aristocrática ou a religiosa. O interessante na leitura da *Genealogia*, é que a vontade de poder parece ganhar uma certa ilustração, já que mesmo que a expressão pouco apareça (ao menos na primeira dissertação), os exemplos históricos são sempre adornados pelas expressões “fracos”, “poderosos”, “revolução”, “luta”; sinônimos de atuações em que a vontade de poder está presente.

Não há como sustentarmos qualquer análise sobre a moral se deixarmos de observar a questão da vontade de poder. Toda a questão moral envolve força ou jogos de força, onde para que existam sujeitos que se submetem à moralização, deve haver necessariamente aqueles que impõe os critérios e normas que consideram corretos, e portanto, morais:

O mundo de que fala Nietzsche revela-se como jogo e contrajogo de forças ou de vontades de poder. Se ponderamos, de início, que essas aglomerações de *quanta* de poder ininterruptamente aumentam e diminuem, então só se pode falar de unidades continuamente mutáveis, não, porém, da unidade. Unidade é sempre apenas organização, sob a ascendência, a curto prazo, de vontades de poder dominante. (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 75).

Quando pensamos correlacionando as palavras de Müller-Lauter e Nietzsche, temos que o processo de instauração da moral só é possível quando indivíduos que tendo noção de sua força - e para mantê-la – criam seguimentos para os demais que não estão incluídos em sua tipologia. Mesmo que a vontade de poder seja algo inerente aos “homens” *in lato sensu*, somente aqueles que tiverem condições para darem vazão a sua força interna (como os nobres) podem conceber princípios morais (criar e estabelecer valores).

A moral para Nietzsche “degenera” o homem, ainda que o filósofo admita contraditoriamente, que é necessário para a manutenção desta que exista um equilíbrio de forças de tipos diferentes, isto é, os mais fortes e os mais fracos. O importante para nós em relação à vontade de poder é que mesmo que ela possa parecer para alguns como algo relativo à metafísica (e sendo assim, “aparentemente” um contra-senso na doutrina nietzschiana), podemos observá-la no que diz respeito a todo o processo de determinação de uma moral como algo inerente à natureza do homem; sendo assim, esse é justamente o elemento que possibilita que cada indivíduo se insira de modo diferente dentro de uma sociedade estabelecida. É através de indivíduos que podem tanto ser exemplificados por uma tipologia, filosofia ou historicidade, e que exercem sua vontade de poder (gerindo vidas, conceitos e verdades), que a moral passa a ser um legado do qual não podemos fugir.

Exemplificando e remetendo o conceito nietzschiano a contemporaneidade, temos que a sociedade moderna pode ser definida por sua regulamentação social. Seu disciplinamento visa dar unidade e segurança a população, constituindo-se assim uma relação de “soberania, disciplina e gestão governamental”, desse modo podemos observar que a instituição de mecanismos disciplinadores e reguladores possibilitam que o poder institucional mantenha-se e ainda exerça-se. “O conceito de normalização² refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações. (...) A normalização descreve o funcionamento e a finalidade do poder” (CASTRO, 2009, p. 309).

2. OBEDIÊNCIA E COERCITIVIDADE – ADESTRAMENTO MORAL.

Outro modo de vislumbrarmos a influência da vontade de poder no meio social é o método coercitivo que de certo modo contribuí para a unidade social. A coerção é exercida até

² Michel Foucault trabalha com o conceito de normalização em obras como: *Os anormais; Ditos e escritos (II, III e IV); História da Sexualidade I – A vontade de saber; História da Sexualidade II – O uso dos prazeres; Em defesa da sociedade; As palavras e as coisas; O poder psiquiátrico e Vigiar e punir.*

hoje como método para impor a obediência às leis e costumes que ordenam os povos e suas respectivas culturas. Nietzsche em sua obra *Aurora*, já nos decodifica esse modo como o homem procura por unidade no convívio em sociedade.

(...) a moralidade não é outra coisa (e, portanto, não mais!) do que a **obediência** a costumes, não importa quais sejam; mas são a maneira tradicional de agir e avaliar. (...) O homem livre é não-moral, porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição: em todos os estados originais da humanidade, ‘mau’ significa o mesmo que ‘individual’, ‘livre’, ‘arbitrário’, ‘inusitado’, ‘inaudito’, ‘imprevisível’. (NIETZSCHE, 2004, p. 17, grifo nosso).

De acordo com essa breve passagem, podemos perceber que Nietzsche, nos aponta para três aspectos relevantes de nossa relação com a moralidade: obediência, liberdade e tradição. No momento em que o homem passou a viver em sociedade, suas necessidades o acomodaram de tal forma, que o mesmo, passou a condicionar-se a “certos sistemas” que lhe permitissem mínimos conflitos e possibilitassem a perpetuação de sua espécie. Qualquer ação que possamos tomar, que fuja desse padrão regulador acaba por ser considerada imoral. Portanto, a relação entre tradição e leis inferidas pela mesma, acaba por adornar a primeira com uma autoridade muitas vezes inquestionável. Nesse caso, temos diante do homem, um condicionamento tal, que o questionamento daqueles que lhe impõem as regras, não é sequer cogitado. Mas obedecemos às leis e aos costumes apenas por hábito - tradição, ou, justamente por temermos o confronto com autoridades maiores e que desconhecemos, como também o medo de provocarmos um desequilíbrio em nosso convívio?

O que ocorre com a obediência é que de qualquer modo, o indivíduo acaba por “sacrificar-se”, afinal, não há enaltecimento de suas escolhas, aliás, na maioria das vezes elas são sempre colocadas em segundo plano, e sempre devem ser “pensadas” a luz do que a moral permite.

Em toda parte onde existe uma comunidade e, portanto, uma moralidade do costume, vigora também o pensamento de que o castigo sobrenatural, cuja manifestação e cujo limite são tão difíceis de apreender e são investigados com tão supersticioso medo. A comunidade pode instar o indivíduo a reparar o dano imediato que sua ação acarretou, em relação a outro indivíduo e a comunidade; pode igualmente cobrar uma espécie de vingança pelo fato de, graças ao indivíduo como suposta conseqüência de seu ato (NIETZSCHE, 2004, p. 19).

A coerção exercida pelos costumes se sobrepõe pelo medo do desconhecido em última instância; e aqueles indivíduos que buscassem uma identidade própria acabariam por se perceberem como “maus e perigosos”, já que está seria a instância imputada pela moral, para aqueles que não a seguissem. A lesão ao indivíduo não precisa somente estar atrelada a castigos corpóreos, mas também ao aspecto psíquico do sujeito. Esse mecanismo de submissão produz indivíduos estéreis, na medida em que proporciona um regramento tal, que muitos acabam agindo sem pensar no porque de suas ações. Assim, acabamos por ter autoridades e submetidos, culpados e seus castigos, para cada ação deverá ser estabelecida uma forma de lei que verifique que aqueles que não a cumprem, devem sofrer as conseqüências de suas ações transgressoras; seja o castigo vindo dos céus, ou das mãos de um rei, estadista ou qualquer outra autoridade.

Nietzsche chega a dizer-nos que é como se “a educação do gênero humano tivesse sido orientada, até agora, pelas fantasias de carcereiros e carrascos” (NIETZSCHE, 2004, p. 21), a necessidade de nos sentirmos culpados por nossas ações, apenas individuais, faz com que nosso pensador, nos demonstre que esse medo é infundado; ou melhor, é fundamento apenas do controle social. Todavia, Nietzsche admite que houveram aqueles que mesmo sob a tutela coercitiva da moralidade, conseguiram estabelecer novos costumes; no entanto, em um primeiro momento esses sofriam com o escarnecimento e marginalização social.

No aforismo 16 de *Aurora* denominado *Primeira norma da civilização*, Nietzsche descreve-nos justamente a “necessidade” que temos nesse processo de civilização dos costumes, pois, “qualquer costume é melhor do que nenhum costume”. O regular o comportamento dos homens é praticamente uma necessidade natural e desse modo sugeriram as mais diversas formas de se exercer o controle sobre essa natureza, sendo a coerção um instrumento para isso e um das formas se exerce a vontade de poder.

3. AS RELAÇÕES INTERSOCIAIS E A VONTADE DE PODER.

Segundo Müller-Lauter a “Vontade de poder procura dominar e alargar incessantemente seu âmbito de poder. Alargamento de poder se perfaz em processos de dominação” (1997, p. 54). Quando Nietzsche refere-se às morais do “senhor” e do “escravo” na *Genealogia da moral* (GM), já nos indica o modo como um indivíduo afirmativo e na sua concepção ativo se relaciona com o mundo a sua volta: dotado de poder. A moral do senhor é definitivamente um modo de observarmos o como a vontade de poder está intrínseca ao indivíduo poderoso, no sentido, de ser este aquele que pode sem dúvida alguma estar no

mundo de maneira mais completa e realizando-se nesse movimento de hierarquia e exercício de poder.

O direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de **poder dos senhores**: eles dizem “isto é isto”, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas. (NIETZSCHE, *GM*, 1998, p. 19, grifo nosso)

Já em *BM* Nietzsche nos anuncia o perfil desses “homens de poder”:

Homens de uma natureza ainda natural, bárbaros em toda terrível acepção da palavra, homens de rapina, ainda possuidores de energias de vontade e **ânsias de poder** intactas, arremeteram sobre raças mais fracas, mais polidas, mais pacíficas, raças comerciantes ou pastoras, talvez, ou sobre culturas antigas e murchas, nas quais a derradeira vitalidade ainda brilhava em reluzentes artifícios de espírito e corrupção. A casta nobre sempre foi, no início, a casta de bárbaros: sua preponderância **não estava primariamente na força física, mas na psíquica – eram os homens *mais inteiros***³ (o que em qualquer nível significa também “as bestas mais inteiras”. (NIETZSCHE, 2005, p. 153).

Todavia, o declínio dos valores aristocráticos, permitiu que ocorresse a inversão dos mesmos, e que passasse a haver uma visão de menosprezo pela identificação do homem como detentor de uma vontade e ainda mais uma vontade de poder. Não se falaria mais em “ ‘os nobres’, ‘os senhores’, ‘os donos do poder’ ” (NIETZSCHE, 1998, p. 25), como adjetivos aplicados a indivíduos considerados “bons”. Desfigura-se o poder, mesmo que ainda assim, seja exercido e faça parte dos anseios humanos.

A propagação da expressão “poder” como termo negativo, fomentada pela moral do escravo e posteriormente adotada pela moral cristã, acabou ganhando contornos mais fortes e estabelecendo uma relação do poder para com os indivíduos, onde a mesma era vista não mais como uma atribuição “vital” ou como “vontade”, mas como um movimento de “agressão” ou “repressão” exercido de cima para baixo, dos senhores para com os escravos, como sinônimo de intervenção do mal contra o bem. Isso acaba denotando o outro lado da vontade de poder, e

³ Aqui encontramos vestígios de uma possível tipologia nietzschiana, no entanto, devemos sempre ter em mente que nosso filósofo não queria de fato estabelecer um critério ou princípio absoluto, sua filosofia não é pragmática, mas interpretativa e perspectivista e não podemos deixar de ter isso sempre presente em nossas análises de sua obra.

o modo como a mesma acaba desvelando o que se buscava com a criação de valores. Temos então uma relação mútua entre vontade de poder e saber.

Aqueles que propagavam valores e verdades o faziam como reflexo de sua vontade de poder, bem como da manutenção da mesma. Nietzsche vê que aqueles que davam (ou poderiam dar) vazão a sua vontade de poder, pertenciam a uma classe distinta de indivíduos. No entanto, reconhece, por exemplo, que a classe dos filósofos (onde ora ele faz parte ora ele se distancia) busca com seu filosofar o poder, ou seja, mesmo seres que não seriam a “expressão” do poder como os nobres, podem, ainda assim, almejar poder e exteriorizar sua vontade de poder⁴. A vontade de poder, nesse sentido, não pertence a um grupo seletivo, mas a indivíduos⁵, nesse sentido nosso entendimento aproxima-se de Foucault:

(...) não há que supor um indivíduo natural para explicar como se converte em sujeito jurídico, sujeito de direitos e, por conseguinte, como se gera o soberano e o Estado, tampouco há que se supor uma naturalidade do desejo que a sociedade capitalista aliada com a religião viria a reprimir. A individualidade não é algo passivo, dado de antemão, sobre a qual se aplica o poder; é, antes, uma espécie de *relay*, o indivíduo é ao mesmo tempo receptor e emissor de poder. (CASTRO, 2009, p. 325)⁶

Os indivíduos lutam entre si para que nesse combate possam fazer prevalecer sempre suas vontades de poder. É desse combate profícuo que todo o restante emana, tanto para o “bem” como para o “mal”, de acordo com a interpretação de tais conceitos. E assim, os indivíduos acabam por tornar a sociedade um organismo vivo e em constante transformação. Mesmo que possamos e vislumbremos uma ordem com a qual convivemos (ou possamos

⁴ Ainda que não autêntica (de acordo com as noções do nobre) já que a mesma surge camuflada pela idoneidade e neutralidade científica na busca pelo “verdadeiro”.

⁵ Michel Foucault, outro importante pensador e estudioso de Nietzsche parece também partilhar dessa tese já que segundo Edgardo Castro: “O tema do poder é, em realidade, para Foucault, um modo de enfrentar o tema do sujeito. ‘Antes de tudo, queria dizer qual foi o objetivo do meu trabalho destes vinte anos. Não foi analisar os fenômenos do poder nem lançar as bases para esta análise. Antes, tratei de produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura; tratei, nesta ótica, de três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos (DE4, 222-223)’”. (Cf. CASTRO, 2009, p. 324).

⁶ Sabemos que Foucault acaba por distanciar-se da “hipótese Nietzsche”, que trabalha poder como luta ou combate, quando supõe que poder não seja “apenas” luta, conceito que é substituído por governo e governamentalidade. Porém, no que tange as atribuições referentes ao indivíduo e poder a proximidade entre os pensadores é explicitada pelo próprio Foucault, quando trabalha idéias como a “hipótese Nietzsche”.

conviver), essa só é possível porque é a interpretação de um dado momento e reproduz vontades de poder que encontraram seu momento histórico. Nas palavras de Müller-Lauter:

O mundo de que fala Nietzsche revela-se como jogo e contrajogo de forças ou de vontades de poder. Se ponderamos, de início, que essas aglomerações de *quanta* de poder ininterruptamente aumentam e diminuem, então só se pode falar da *unidade* continuamente mutáveis, não, porém, da unidade. Unidade é sempre apenas organização, sob a ascendência, a curto prazo, de vontades de poder dominante. (MÜLLER-LAUTER, 1997, p.75)

Os momentos históricos acabam por nos demonstrar a forma como em linhas gerais à “obediência” aos costumes e regras justificam-se de acordo com as expectativas de certo período. No período da eticidade dos costumes, quando os mesmos eram já considerados “boas” bases para fomentar valores que pudessem sustentar o convívio social, justificassem, portanto, pela utilidade que apresentavam.

Moralidade e estupidez – O costume representa as experiências dos homens passados acerca do que presumiam ser útil e prejudicial – mas o *sentimento do costume* (moralidade) não diz respeito àquelas experiências como tais, e sim à idade, santidade, indiscutibilidade do costume. E assim este sentimento é um obstáculo a que se tenham novas experiências e se corrijam os costumes: ou seja, a moralidade opõe-se ao surgimento de novos e melhores costumes: ela torna estúpido. (NIETZSCHE, 2004, p. 26).

E ainda:

Mas, porque o da impotência e do medo era estimulado quase continuamente, de maneira tão forte e por tão longo tempo, o *sentimento de poder* desenvolveu-se com tal *sutileza*, que nisso o homem pode hoje rivalizar com a mais delicada balança. Tornou-se a sua mais forte inclinação; os meios descobertos para produzir este sentimento são quase a história da cultura. (NIETZSCHE, 2004, p. 28)

Já no período moral, o homem, imbuído do sentimento moral, busca na segurança dos valores pré-estabelecidos, ampliar e fortalecer as bases morais existentes. No entanto, isto acaba por instituir uma sociedade composta de exemplares fracos, pois, acaba submetendo as mesmas a valores de rebanho e proliferando a idéia de que esse é o homem livre e que domina o mundo através de sua racionalidade e na então encontrada - Verdade. Quando, é justamente no contrário desta situação que Nietzsche vislumbra, sim, a possibilidade de nos depararmos com indivíduos autônomos e libertos.

A tensão existente com a vontade de poder demonstra-nos que, ao nos relacionarmos com o mundo que percebemos, acabamos por nos apropriarmos do mesmo através de nossas percepções e posteriores conclusões. Todavia, o embate entre os indivíduos que ditam o modo como nos “dizemos” no mundo e a respeito do mesmo, provoca, a necessidade de revisitarmos nossa história, a fim de observarmos o ponto de onde partimos nesta busca por fazer com que se “levantem” e se “sobreponham” vontades sobre vontades. O modo como nos rebelamos ou aceitamos nosso “ordenamento” decodifica que tipo de vontade de poder se insere em nós.

Ainda que a questão do poder nos pareça sempre muito familiar, Nietzsche nos apresenta a mesma por um novo ângulo. E acaba por distinguir a mesma, como um dos traços ou vestígios, daquilo que nos impulsiona a mudança, e a desejar e a nos experimentarmos no mundo. Foucault é citado por nós, como exemplo de um pensador que além de também estudar a questão do poder, aproxima-se⁷ de Nietzsche. No entanto, sua teoria sobre poder, ganha novos contornos como no caso da governamentalidade⁸, onde há uma abordagem diferenciada das idéias de Nietzsche, sem que isso, todavia, impossibilite de verificarmos a grande base nietzschiana utilizada por Foucault. Sendo assim, podemos vislumbrar que as

⁷ Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault faz menções diretas a expressões usadas por Nietzsche, assim como ao filósofo, como no caso dos capítulos intitulados *I - Poder e verdade*, e, *II - Nietzsche, Genealogia e a história*. No caso do primeiro capítulo, Foucault parte para a análise do modo como o saber e o poder estão interligados e o modo como isso acaba denotando nossas relações futuras, com a produção de verdades, ou seja, de poder: “Ora, creio que o problema não é de fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente **como se produzem efeitos de verdade** no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros e nem falsos” (FOUCAULT, 1979, p. 6, grifo nosso). O autor deixa isso mais claro ao longo desses capítulos como podemos exemplificar com a seguinte passagem: “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos **espíritos livres**, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). **A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder**” (FOUCAULT, 1979, p. 12, grifos nossos).

⁸ Foucault deixa de abordar a questão de poder em termos **de luta** como o faz Nietzsche. “O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários ou do compromisso de um frente ao outro do que da ordem do ‘governo’ (...) O modo de relação próprio do poder não há que ser buscado, então, do lado da violência e da luta nem do lado do contrato ou do nexa voluntário (que no máximo, só podem ser instrumentos), mas do lado deste modo de ação singular, nem guerreiro nem jurídico, que é o governo (FOUCAULT, 2006, p. 237).

interpretações sobre o poder, passam por diferentes pensadores sem perder a atualidade e importância, bem como, de certa forma mantém as mesmas bases: o saber que busca além do saber reconhecer-se como vontade de poder (no caso de Nietzsche e Foucault aqui analisados).

A contribuição de Nietzsche ao pensarmos o poder, é o enaltecimento do mesmo, não mais como uma atribuição negativa e aniquiladora dos indivíduos ou da sociedade, mas como uma reflexão sobre o modo como lidamos com algo que inegavelmente imprime novos rumos e possibilidades aos “exemplares” sociais. O poder não emana do povo, ou de qualquer ente específico como um conceito fechado e singular, mas como nos diz Müller-Lauter:

Aquilo que Nietzsche denomina *uma* vontade de poder é, de fato, jogo de oposição (*Gegenspiel*) e concerto (*Zusammenspiel*) de muitas vontades de poder, de todo modo organizadas em unidade. E aquela vontade está, por seu lado, inserida na contraposição e concerto de uma vontade de poder mais abrangente. Desse modo, um homem, por exemplo, forma um *quantum* de poder que organiza em si inúmeros *quanta* de poder. Em oposição e associação com outros homens, ele próprio pertence a “organismos” mais abrangentes. (MULLER-LAUTER, 1997, p. 96).

O poder é “vontade” que encontra-se nos indivíduos, nos mundos e em nossas interpretações. E, portanto, nossa sociedade é um reflexo dessas unidades e pluralidades de vontade de poder, dentro da percepção nietzschiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault - um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos v. 4 – Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche – das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. *A Doutrina da Vontade de Poder em Nietzsche*. Trad. Oswaldo Giacoia. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Trad. notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.